

Organizações de produtores pecuários	Montante (em euros)
Algarve	
Organização de Produtores Pecuários de Alcoutim	99 215
Associação de Defesa Sanitária do Concelho de Castro Marim — ADSCA	71 318
ASCAL — Associação Criadores Gado do Algarve	120 132
<i>Total</i>	290 665
<i>Total geral</i>	14 030 099,85

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas

Despacho n.º 11 949/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos n.ºs 1 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Maria Manuela Azevedo Saraiva Calado Marques, do quadro de pessoal da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em regime de comissão de serviço, para exercer funções de chefe do meu Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 9 de Maio de 2005.

13 de Maio de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

Despacho n.º 11 950/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos e ao abrigo do n.º 3 do artigo 2.º e dos n.ºs 1 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer funções de assessora do meu Gabinete a licenciada em Economia Maria Manuela Gonçalves Nunes de Azevedo e Silva, do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, em regime de comissão de serviço.

2 — A nomeação é feita pelo período de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos de tempo, salvo comunicação em contrário, podendo ser revogável a todo o tempo.

3 — As remunerações a processar mensalmente serão as equivalentes às estabelecidas por lei para o cargo de adjunto de gabinete, bem como as despesas de representação.

4 — A nomeada tem direito, quando se deslocar em missão oficial no País e no estrangeiro, ao abono das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo de montante igual ao fixado para os adjuntos de gabinete.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir de 16 de Maio de 2005.

16 de Maio de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, *Rui Nobre Gonçalves*.

Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Louvor n.º 1208/2005. — Estando a terminar as minhas funções de director-geral dos Recursos Florestais, é-me especialmente grato prestar público louvor à auxiliar administrativa Maria José Capelo Longo Alves pela dedicação e empenho com que prestou serviço no meu gabinete.

26 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *António Sousa de Macedo*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 11 951/2005 (2.ª série). — Pelo despacho n.º 25 503/2002 (2.ª série), de 12 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 276, de 29 de Novembro de 2002, emitido ao abrigo da alínea b) do artigo 2.º e do artigo 3.º da portaria n.º 1484/2002 (2.ª série), de 25 de Setembro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 234, de 10 de Outubro de 2002, foi nomeada, a pedido da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Sul, a engenheira Ema da Conceição Rosa Fitas, em substituição do seu anterior representante.

Agora, novamente a pedido da referida Associação, e nos termos do citado artigo 3.º da portaria n.º 1484/2002 (2.ª série), de 25 de

Setembro, nomeio, em substituição da engenheira Ema da Conceição Rosa Fitas, a engenheira Sandra Maria Machado Roque dos Reis Ricardo para fazer parte, como membro efectivo e em representação da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Sul, da Subcomissão de Regulamentação de Eficiência Energética em Edifícios, criada pela portaria n.º 1484/2002 (2.ª série), de 25 de Setembro.

30 de Abril de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Deliberação (extracto) n.º 745/2005. — Por deliberações da direcção do LNEC de 18 de Maio de 2005:

Maria Celina Martins Santos, Maria Alexandra Alves Correia Jotta Caetano Tavares e Fernanda Maria Correia Leitão, assistentes administrativas especialistas do quadro de pessoal deste Laboratório — nomeadas definitivamente, precedendo concurso, chefes de secção do mesmo quadro, escalão 1, índice 337, na área funcional de gestão de recursos humanos, gestão financeira e patrimonial, com efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República*, considerando-se exoneradas dos actuais lugares a partir da mesma data.

Carlos Alberto de Almeida Pimentel, Fernando Ferreira Rodrigues, engenheira Etelvina Domingos Leitão, José António Fechas da Costa e Luís Simões Pedro, técnicos de 1.ª classe do quadro de pessoal deste Laboratório — nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos principais do mesmo quadro, escalão 1, índice 400, da carreira de técnico experimentador, na área funcional de apoio técnico à ciência e tecnologia — experimentação, com efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República*, considerando-se exonerados dos actuais lugares a partir da mesma data.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Maio de 2004. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Moraes*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 11 952/2005 (2.ª série). — No quadro da modernização da legislação laboral que o XVII Governo Constitucional se comprometeu prosseguir, será necessário, no âmbito do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, conceber, preparar e propor os instrumentos legais que visem concretizar a estratégia de reforma a desenvolver neste domínio.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, e nos termos do disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 299/85, de 29 de Julho, determino o seguinte:

1 — Designar o licenciado António Maria Bustorff Dornelas Cysneiros, que assumirá as funções de conselheiro técnico na área da sua especialidade, competindo-lhe nomeadamente desenvolver, com total autonomia, trabalhos de concepção, realização de estudos preliminares e preparação de instrumentos legais no âmbito da modernização da legislação laboral, bem como a avaliação do sistema de relações laborais português em comparação com os parceiros europeus.